Docusign Envelope ID: DB46FC15-9F3D-469E-8897-0A5643890158

GLOBAL E PRIVATE COMO VOCÊ

ANDBANK Private Bankers / 90 Anos

Banco Andbank (Brasil) S.A.

CNPJ nº 48.795.256/0001-69

Demonstrações Financeiras - Referente ao Semestre e Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2024 e de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação)

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas ao semestre e exercício findos em: 31 de dezembro de 2024. **Desempenho nos Negócios: • Resultados:** No exercício de 2024 as receitas do *private banking* fecharam com um crescimento de 6,35% comparando ao exercício de 2023, totalizando R$ 161,1 milhões (R$ 151,5 milhões em 2023). As receitas com operações de crédito apresentaram um crescimento de 37,9%, totalizando R$ 433,3 milhões (R$ 314,3 milhões em 2023). Entretanto, no exercício foram realizadas vendas de contratos de crédito inadimplentes, com mais de 180 dias de atraso, gerando um prejuízo na venda de R$ 10 milhões. Com isso o total das receitas da intermediação financeira fecharam o exercício com um crescimento de 28% em comparação a mesmo período de 2023, totalizando R$ 438 milhões (R$ 341,3 milhões em 2023). As despesas com captações, custo do *funding* das operações de crédito, fecharam o ano de 2024 em R$ 247,7 milhões, um aumento de 26,2% em relação ao exercício de 2023 (R$ 196,2 milhões). As despesas com o funding representaram em 2024, 57,1% da receita com operações de crédito. O resultado operacional, apresentou um prejuízo de R$ 22,5 milhões em 2024, 17,9% acima do exercício de 2023 (prejuízo de R$ 19,1). Para 2025, o Banco continua sua aposta no crescimento da carteira de credito ao varejo e na busca de oportunidades para o crescimento estratégico de sua área de *private banking*. **• Agência de Rating:** A Fitch Ratings manteve a nota AAA(bra) em sua revisão semestral publicada em 19 de fevereiro de 2025. Esta definição está em observação, aguardando a conclusão do processo de venda da licença bancária do Andbank ao Grupo Creditas, em tramite de aprovação pelo Banco Central do Brasil. **Estrutura de gerenciamento de riscos: • Índice da Basileia:** Conforme disposto na Resolução 4.193, de 01.03.2013, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR e de Capital Principal Nível I), demonstramos abaixo o comportamento do índice de Basileia, apurado nos encerramentos trimestrais de 2023 e de 2024:

	Patrimônio de Referencia	PR Exigido (RWA)	Índice Basileia
2023			
Março	281.409	116.417	19,34%
Junho	273.799	153.544	14,27%
Setembro	250.689	101.944	14,80%
Dezembro	254.056	130.285	15,60%
2024			
Março	225.668	100.048	13,53%
Junho	222.077	140.667	12,63%
Setembro	221.410	148.552	11,92%
Dezembro	232.432	156.637	11,87%

• Prevenção à "Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo": O Banco conta com instrumentos de controle e acompanhamento das operações realizadas com clientes e parceiros, a fim de evitar e combater a "lavagem" de dinheiro oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo, através de seus produtos e serviços. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro. A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades do grupo, bem como possibilita definir políticas aderentes às melhores práticas internacionais. A política "conheça seu cliente", o programa de treinamento de funcionários, os processos e sistemas de controles e o monitoramento de operações permitem a identificação tempestiva de situações atípicas. Após a análise por especialistas, os casos são submetidos para deliberação da alta administração quanto à pertinência de encaminhamento dos casos às autoridades fiscalizadoras competentes, tendo sido ou não realizada a operação. A área de Compliance é responsável, em primeiro nível, por identificar e recusar negócios e operações que considerarem suspeitas ou atípicas, reportando sempre à alta administração. **Ouvidoria:** Atendendo aos normativos do Banco Central do Brasil, foi estabelecido um componente organizacional de Ouvidoria no dia 30 de setembro de 2007. Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e a melhoria dos produtos, serviços e do atendimento oferecidos, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.433/15 e posteriores alterações. São Paulo, 05 de junho de 2025.

Balanço patrimonial

Ativo	Nota	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Circulante		**1.465.745**	**1.364.354**
Disponibilidades	3	**524**	**2.590**
Instrumentos financeiros	3	**914.393**	**897.016**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3	567.819	439.583
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		346.574	457.433
Carteira própria	4 a.	259.260	453.492
Vinculados a prestação de garantias	4 a.	4.361	3.941
Instrumentos financeiros derivativos	4 c.	82.953	-
Relações interfinanceiras	5	**718**	**460**
Créditos vinculados		718	460
Operações de crédito		**409.049**	**353.816**
Setor privado	6	483.870	402.111
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)	7	(74.821)	(48.295)
Outros créditos		**93.366**	**66.469**
Rendas a receber	8 a.	38.666	39.061
Ativo fiscal corrente		4.985	17.577
Diversos	8 b.	49.715	9.831
Outros valores e bens	10	**47.695**	**44.003**
Outros valores e bens		6.175	1.870
Despesas antecipadas		41.520	42.133
Não circulante		**1.264.692**	**866.249**
Operações de crédito		**1.147.783**	**768.869**
Setor privado	6	1.154.373	773.534
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)	7	(6.590)	(4.665)
Outros créditos		**24.425**	**28.398**
Rendas a receber	8 a.	362	737
Ativo fiscal diferido	9	21.682	25.436
Diversos	8 b.	2.381	2.225
Outros valores e bens	10	**92.484**	**68.982**
Despesas antecipadas		92.484	68.982
Permanente		**103.257**	**109.122**
Investimentos	23	**3.170**	**1.307**
Participações em controladas		3.170	1.307
Imobilizado de uso	11 a.	**2.863**	**3.478**
Outras imobilizações de uso		11.867	11.459
(Depreciações acumuladas)		-9.004	-7.981
Intangível	11 b.	**97.224**	**104.337**
Ativos intangíveis		95.740	90.159
Ágio na combinação de negócios		80.327	80.327
Ágio na aquisição de investimentos		673	673
(Amortizações acumuladas)		(79.516)	(66.822)
Total do ativo		**2.833.694**	**2.339.725**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Circulante		**981.881**	**1.175.015**
Depósitos	12	**923.908**	**1.134.131**
Depósitos à vista		38.643	20.872
Depósitos a prazo		885.265	1.113.259
Instrumentos Financeiros Derivativos	4 c.	**8.326**	**-**
Outras obrigações		**49.647**	**40.884**
Negociação e intermediação de valores	13 c.	6.357	1.695
Obrigações fiscais	13 a.	7.852	2.825
Diversas	13 b.	35.438	36.364
Não circulante		**1.503.773**	**784.885**
Depósitos	12	**1.450.178**	**775.311**
Depósitos a prazo		1.450.178	775.311
Recursos de aceites e emissão de títulos		**50.175**	**-**
Outras obrigações		**3.420**	**9.574**
Diversas	13 b.	-	6.157
Provisões	13 b.	3.420	3.417
Patrimônio líquido	16	**348.040**	**379.825**
Capital		517.106	517.106
De domiciliados no exterior	16.a	517.106	517.106
Reserva de capital	16.b	2.048	2.222
Outros resultados abrangentes	16.d	(230)	(1.104)
Prejuízos acumulados		(170.884)	(138.399)
Total do passivo e do patrimônio líquido		**2.833.694**	**2.339.725**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado	Nota	2º semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
Receitas da intermediação financeira		**249.942**	**437.998**	**341.267**
Operações de crédito	17	241.377	433.302	314.270
Resultado com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e.	75.277	134.915	107.211
Resultado de Operações de Câmbio		1.216	1.570	(725)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	6f. e 7	(67.928)	(131.789)	(79.489)
Despesas da intermediação financeira		**(160.791)**	**(306.545)**	**(245.775)**
Operações de captação no mercado		(132.039)	(247.671)	(196.259)
Constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito	7	(28.752)	(58.874)	(49.516)
Resultado da intermediação financeira		**89.151**	**131.453**	**95.492**
Outras receitas/ despesas operacionais		**(75.442)**	**(153.999)**	**(114.617)**
Receitas de prestação de serviços	18	12.981	24.636	45.020
Despesas de pessoal	19	(29.700)	(54.375)	(48.668)
Outras despesas administrativas	20	(41.386)	(78.443)	(58.668)
Despesas tributárias		(10.619)	(18.548)	(15.867)
Resultado de investimentos em controladas	24	932	1.862	694
Outras receitas operacionais	21	14.421	17.052	1.698
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	22	101	(3)	2.995
Outras despesas operacionais	22	(22.172)	(46.180)	(41.821)
Resultado operacional		**13.709**	**(22.546)**	**(19.125)**
Resultado não operacional		**10**	**21**	**9**
Resultado antes da tributação sobre o resultado		**13.719**	**(22.525)**	**(19.116)**
Imposto de renda e contribuição social		**(10.134)**	**(10.134)**	**(24.243)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	(3.048)	(3.048)	(7.280)
Imposto de renda	23	(3.926)	(3.926)	(9.413)
Contribuição social	23	(3.160)	(3.160)	(7.550)
Lucro / (Prejuízo) do semestre / exercício		**3.585**	**(32.659)**	**(43.359)**
Quantidade de ações ordinárias	16.a	1.140.774.792	1.140.774.792	1.140.774.792
Prejuízo por ação - R$		0,00314	(0,02863)	(0,03801)

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto	Nota	2º semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro / (Prejuízo) do semestre / exercício		**3.585**	**(32.659)**	**(43.359)**
Depreciação e amortização	22	4.101	7.806	10.256
Resultado de investimentos em controladas	24	(932)	(1.862)	(694)
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	7	28.752	58.874	49.516
Provisão/reversão de contingências	14	1.892	1.996	(2.995)
Amortização do ágio	22	2.956	5.911	6.643
Atualização de depósito judicial	21	(80)	(158)	(84)
Impostos diferidos	23	3.048	3.048	7.280
Baixas do imobilizado		2	2	23
Lucro ajustado		**43.324**	**42.958**	**26.586**
Variação de ativos e passivos		**135.513**	**89.203**	**420.949**
Redução (Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		162.502	111.733	(242.467)
Redução (Aumento) em relações interfinanceiras		(210)	(258)	111
Redução (Aumento) em operações de crédito		(318.561)	(493.021)	(560.704)
(Aumento) Redução em outros créditos e outros valores e bens		(25.267)	(53.008)	(71.039)
Aumento (Redução) em depósitos		316.568	514.819	1.341.916
Aumento em obrigações compromissadas		-	-	(47.791)
Aumento em instrumentos financeiros derivativos		8.326	8.326	(603)
(Redução) em outras obrigações		(7.845)	10.842	35.869
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(10.230)	(34.343)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais		**178.837**	**132.161**	**447.535**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de intangível	11.d	(2.846)	(5.580)	(5.529)
Aquisição de imobilizado	11.b	(219)	(411)	(332)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(3.065)**	**(5.991)**	**(5.861)**
(Redução) Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		**175.772**	**126.170**	**441.674**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3	392.571	442.173	499
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3	568.343	568.343	442.173

Demonstração dos resultados abrangentes

Demonstração dos resultados abrangentes	2º semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
Lucro / (Prejuízo) do semestre / exercício	**3.585**	**(32.659)**	**(43.359)**
Ajuste a valor de mercados dos ativos financeiros disponíveis para venda líquido dos efeitos fiscais - controladas	-	-	48
Ajuste a valor de mercados dos ativos financeiros disponíveis para venda líquido dos efeitos fiscais	12	874	315
Reserva de reavaliação de ativos incorporados	88	174	174
Resultado abrangente total	**3.685**	**(31.611)**	**(42.822)**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Nota	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1° de janeiro de 2023		**517.106**	**2.396**	**(1.467)**	**(95.214)**	**422.821**
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	315	-	315
Ajuste de avaliação patrimonial - controlada		-	-	48	-	48
Reserva de reavaliação de ativos incorporados		-	(174)	-	174	-
Resultado do exercício		-	-	-	(43.359)	(43.359)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**517.106**	**2.222**	**(1.104)**	**(138.399)**	**379.825**
Saldo em 1° de janeiro de 2024		**517.106**	**2.222**	**(1.104)**	**(138.399)**	**379.825**
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	874	-	874
Reserva de reavaliação de ativos incorporados		-	(174)	-	174	-
Resultado do exercício		-	-	-	(32.659)	(32.659)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**517.106**	**2.048**	**(230)**	**(170.884)**	**348.040**
Saldo em 1° de julho de 2024		**517.106**	**2.136**	**(242)**	**(174.557)**	**344.443**
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	12	-	12
Reserva de reavaliação de ativos incorporados		-	(88)	-	88	-
Resultado do semestre		-	-	-	3.585	3.585
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**517.106**	**2.048**	**(230)**	**(170.884)**	**348.040**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais, exceto o preço unitário da ação)

1 Contexto operacional: O grupo Andbank possui presença global, vasta experiência em mercados emergentes e investe constantemente em inovação tecnológica para disponibilizar aos seus clientes as melhores e mais rápidas soluções, com isso o Banco Andbank entende que existe uma oportunidade no mercado de Private Bank a ser explorada e pretende investir nesse segmento no curto e longo prazo. O Banco atua na distribuição de fundos de investimento por conta e ordem, intermediação de títulos e valores mobiliários, realização de operações estruturadas e de mercado de capitais, operações de carteira proprietária e prestação de serviços de registro de operações, custódia, entre outros. O Banco passou por um processo de transformação, implantando um novo modelo de Private Bankers no Brasil. As principais áreas de transformação foram o Back e Front Office, com a criação de um novo portal para nossos clientes, o que, aliado a investimentos realizados no departamento comercial, permitiram ao Banco uma forte expansão dos recursos sob gestão. O Banco busca por novas parcerias para elevação de sua base de clientes e, consequentemente, a elevação de seu faturamento. O Banco conta ainda com o compromisso e a capacidade do Controlador em realizar aportes caso as ações não apresentem os resultados esperados. O Andbank Brasil aumentou significativamente os recursos sob distribuição com o modelo de acordos operacionais. Em 23 de março de 2018, foi assinado o acordo operacional com o Grupo Triar Agentes Autônomos ("Triar") e em 03 de julho de 2019, foi assinado acordo semelhante com o Grupo Capital Serviços de Agente Autônomo de Investimento Ltda ("Capital"). Em 06 de julho de 2022, Banco Andbank Brasil S.A. ("Banco Andbank"), Andbank DTVM Ltda. ("Andbank DTVM"), sua controladora, Andorra Banc Agricol Reig S.A. ("Andorra Banc") e, do outro lado, Creditas Financial Solutions, LLC ("Creditas LLC") firmaram contrato de compra e venda de ações. Os principais eventos desse contrato foram os seguintes: a) Transferência do controle acionário do Banco Andbank para Creditas LLC, mediante a entrega de ações da Creditas Financial Solutions Ltda. ao Andorra Banc; b) Opção de venda detida pela Creditas LLC de 100% das quotas da Andbank DTVM à Andorra Banc que, se não exercida, dará a opção de compra por Andorra Banc de 75% das quotas da Andbank DTVM; c) Reestruturação societária para transferência do business de private banking do Banco Andbank à Andbank DTVM; e: d) Prestação de serviço entre Andbank DTVM e o Grupo Creditas no Brasil. O fechamento da operação de compra e venda das ações estará condicionada à aprovação das autoridades relevantes, incluindo o Banco Central do Brasil (BACEN), a Autoridade Financeira de Andorra (AFA - Autoritat Financera Andorrana), o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), entre outras condições precedentes. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), publicou no Diário Oficial da União, sua aprovação da operação em 15 de agosto de 2022. Em 28 de outubro de 2022, o Conselho de Administração da AFA ("Autoritat Financera Andorrana") concedeu autorização prévia sem oposição para a realização da venda do Banco Andbank (Brasil) S.A. e da Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Em 06 de julho de 2022 foi celebrado também contrato comercial entre Banco Andbank e Creditas Soluções Financeiras Ltda. ("Creditas Soluções Financeiras"), estabelecendo (i) serviços de indicação de operações de cessão de créditos originados pelo Grupo Creditas e (ii) a prestação de serviço pela Creditas Soluções Financeiras para a cobrança dos direitos creditórios que forem adquiridos pelo Banco Andbank. No exercício de 2024, foram adquiridos R$ 1.303.758 (R$1.140.377 no exercício de 2023) em contratos de crédito sem coobrigação nas modalidades empréstimo pessoal com garantia de veículos, empréstimo pessoal consignado e financiamento de veículos (vide nota 6). Esse valor inclui 10% de prêmio pago sobre o valor presente dos contratos adquiridos, que vem sendo reconhecidos na adequada conta de resultado em função do prazo remanescente da operação (vide nota 10), conforme previsto no contrato comercial. Os créditos adquiridos desde o 2º semestre de 2022 geraram receita com operações de crédito no exercício de 2024 no montante de R$429.713 (R$324.573 no exercício de 2023). Concomitante ao contrato de compra e venda entre as partes e a aquisição das carteiras, foi firmado acordo entre as partes para realização de serviços de cobrança e FEE de incentivo, os quais geraram resultado de R$27.055 e R$0 (R$10.314 e R$20.881 no exercício de 2023), respectivamente, registradas nas rubricas de Despesa administrativa - serviços técnicos especializados e receita com assessoria financeira (nota 18). Em dezembro de 2023, as partes revisaram a forma de rentabilizar o Grupo Andbank e decidiu-se que os incentivos pela operação serão realizados diretamente pela Creditas LLC ao Andorra Banc Agricol Reig S.A, não havendo mais registro de receita de FEE de incentivo no Brasil. O valor a receber referente ao FEE de incentivo, que será liquidado no *closing* da operação, está registrado na rubrica de Outros créditos - receita de assessoria financeira no montante de R$36.901 (R$36.901 em 2023) (nota 8a.). Por fim, dada a situação atual de possível troca de controle do Banco, o Andbank requereu junto ao Banco Central a manutenção do crédito tributário existente em 31 de dezembro de 2022 no montante de R$33.013, tendo sido aprovado em 19 de janeiro de 2023. No exercício de 2024 houve realização de crédito tributário de prejuízo fiscal de R$3.047, e realização de diferença temporária de R$707 resultando em um saldo de crédito tributário de R$21.682 em dezembro de 2024, conforme nota explicativa 9. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional no curso normal dos negócios do Banco, que está suportado por um plano de negócios focado na consolidação da entidade no segmento Private no Brasil, incluindo a realização de acordos operacionais. Nesse contexto, considerando o compromisso do Controlador com o plano de negócio, e em suportar o Grupo no Brasil (investidas diretas e indiretas do Controlador constituídas no Brasil) com eventuais aportes de capital, até a concretização e aprovação pelo Banco Central, do processo de transferência de controle mencionado anteriormente. Dessa forma, não há fatores relevantes que tragam incerteza quanto à continuidade do Banco. **2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis: 2.1 Base de apresentação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que contemplam a legislação societária, as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) já aprovados pelo CMN, quando conflitantes às normas, prevalecerão as do BACEN. Conforme Resolução CMN nº 4.818/2020 e seus normativos complementares, a partir de 01/01/2020 foram alterados os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis até então vigentes. Conforme disposto no artigo 34, da Resolução BCB nº 2/2020, apresentamos os efeitos líquidos de impostos dos eventos não recorrentes do Banco (nota 28). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, que representa a moeda funcional do Banco e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 05 de junho de 2025. **2.2 Principais práticas contábeis:** ***2.2.1 Caixa e equivalentes de caixa:*** São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e/ou aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. ***2.2.2 Aplicações interfinanceiras de liquidez:*** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data base das demonstrações financeiras. ***2.2.3 Títulos e valores mobiliários:*** Conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma: **• Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado; **• Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; e: **• Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, são classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01. Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela Anbima, B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, Bloomberg e administradores de fundos de investimento. A metodologia de ajuste a valor de mercado atende aos critérios de mensuração dos ativos financeiros, previsto pela Resolução CMN nº 4.748/19. ***2.2.4 Instrumentos financeiros derivativos:*** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias do Banco. As valorizações ou desvalorizações são registradas em "resultado com instrumentos derivativos". As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização no resultado. A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota nº 4. c e d. destas demonstrações financeiras. ***2.2.5 Operações de crédito:*** As operações de crédito são registradas ao custo corrigido, calculadas "pro rata" com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 59° dia de atraso. A partir do 60° dia, deixam de ser apropriadas, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o art.9º da Resolução CMN nº 2.682/99. Os prêmios pagos pelas carteiras adquiridas são apropriados como redutora das receitas das operações de crédito, conforme fluência do prazo do contrato e integralmente reconhecidos no resultado quando ocorre sua pré liquidação ou na baixa para perda. Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, as operações de cessão de crédito são registradas de acordo com sua natureza, sendo baixadas quando houver a transferência substancial dos riscos e benefícios, ou mantidas em balanço quando houver a retenção substancial dos riscos e benefícios. A receita com registro de operações e operações cedidas sem coobrigação são reconhecidas no resultado na data em que as cessões são efetuadas. ***2.2.6 Provisão para perdas associadas ao risco de crédito:*** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa faixa por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. ***2.2.7 Imobilizado de uso:*** São demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com sua vida útil: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de processamento de dados e sistema de segurança - 20% ao ano. ***2.2.8 Ativos intangíveis:*** São compostos por direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, bem como também é composto por registro de valores pagos na aquisição de diretos contratuais ou outros direitos legais de proteção, ou de outro tipo de controle, referentes ao relacionamento com os clientes. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade. ***2.2.9 Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"):*** É reconhecida uma perda por "*impairment*" se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por "*impairment*" são reconhecidas no resultado do período. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, semestralmente para determinar se há alguma indicação de perda por "*impairment*". Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não houve reconhecimento de perda por "impairment". ***2.2.10 Imposto de renda e contribuição social:*** As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (20%), PIS (0,65%) e COFINS (4%). A Resolução nº 4.842 de 30 de julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional - CMN, em seu inciso II do artigo 4º, orienta que a instituição financeira somente pode efetuar o registro contábil de créditos tributários caso haja expectativa de geração de lucro ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos. Devido a situação atual do Andbank, desde desde março de 2022, o Banco não constitui créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, mantendo apenas os créditos constituídos e registrados no seu balanço até março de 2022, com aprovação do Banco Central, conforme descrito na nota 9, os quais vem sendo consumidos conforme geração de base tributária e atendimento aos critérios de realização do Banco Central. ***2.2.11 Estimativas contábeis:*** A preparação das demonstrações financeiras requer adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações de contingências passivas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referente a probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas para os seguintes itens:

Item	Nota
Valor justo dos instrumentos financeiros	4
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	7
Redução ao valor recuperável (impairment) do ágio	11b
Depósitos a prazo	12
Provisões, contingências e obrigações legais	14
Receita assessoria financeira	18
Imposto de renda e contribuição social diferido	23

O Banco revisa periodicamente suas estimativas e premissas. ***2.2.12 Despesas antecipadas:*** São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de despesas antecipadas. A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos. ***2.2.13 Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais:*** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisões para riscos são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios: **Ativos contingentes -** não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; **Passivos contingentes -** classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, os classificados como prováveis são provisionados e divulgados em nota explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; **Provisões -** referem-se a valores reconhecidos quando há expectativa da obrigação presente e que possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação a ser liquidada; e: **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) -** referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente. ***2.2.14 Outros ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo:*** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Banco, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. ***2.2.15 Combinações de negócios:*** Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Banco utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle, o Banco leva em consideração os direitos de votos potenciais que são atualmente exercíveis. O ágio correspondente ao valor pago excedente ao valor contábil do investimento adquirido, decorrente da expectativa de rentabilidade futura, será amortizado linearmente com base em estudo técnico de alocação do preço pago (PPA - *"Purchase Price Allocation"*) e submetido semestralmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos. ***2.2.16 Investimentos:*** O investimento em sociedade controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. ***2.2.17 Apuração do resultado:*** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas das demonstrações financeiras. ***2.2.18 Participações no resultado:*** As participações no resultado são constituídas pelo pagamento de benefício aos funcionários, calculada de acordo com a convenção coletiva e através de programa próprio de plano de participação homologado no Sindicato dos Bancários de São Paulo, e estão registradas na conta de despesas de pessoal, na demonstração de resultado. ***2.2.19 Lucro (prejuízo) líquido por ação:*** O lucro/prejuízo por ação básico é calculado com base na média ponderada de ações em circulação durante o ano do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras. O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há ações com potencial efeito diluidor. ***2.2.20 Eventos subsequentes:*** Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por: · **Eventos que originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e: · **Eventos que não originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras. ***2.2.21 Alterações de normas contábeis:*** **Convergência às normas internacionais de contabilidade**: Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*". Em decorrência deste processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam: **CPC 00 -** Pronunciamento contábil básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21; **CPC 01 (R1) -** Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21 e Resolução BCB nº 120/21; **CPC 02 (R2)** - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16; **CPC 03 (R2) -** Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20; **CPC 04 (R1) -** Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16; **CPC 05 (R1) -** Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20; **CPC 10 (R1) -** Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; **CPC 23** - Registro contábil e evidenciação de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21; **CPC 24 -** Divulgação de eventos subsequentes ao semestre a que se referem as demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20; **CPC 25 -** Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; **CPC 27 -** Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16; **CPC 33 (R1) -** Benefícios pagos a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20 e Resolução BCB nº 59/20; **CPC 41 -** Resultado por ação - homologado pela Circular nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20. O Banco adotou a prerrogativa prevista no artigo 7º da referida circular, a qual confere a adesão opcional para instituições financeiras do segmento 4 (S4). Desta forma, o Banco não adotou este pronunciamento; **CPC 46** - Mensuração do valor justo - tema consolidado pela Resolução CMN nº 4.924/21; **CPC 47** - Receita de contrato com cliente - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21. Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para as demonstrações financeiras do Banco. **Impactos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/21: • Instrumentos financeiros**: A Resolução CMN nº 4.966/21 e normas correlatas estabelecem novas regras contábeis para instrumentos financeiros, definindo os critérios aplicáveis a instituições financeiras e demais entidades supervisionadas pelo Banco Central do Brasil. A norma determina, entre outros aspectos, a classificação, mensuração, apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito e divulgação de instrumentos financeiros. As exigências destas resoluções entram substancialmente em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. Os principais aspectos e impactos das normas estão apresentados a seguir: **Classificação de ativos financeiros e passivos financeiros:** As classificações devem ser realizadas com base no modelo de negócios da instituição para a gestão dos ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixas desses ativos nas seguintes categorias: **Custo Amortizado (CA):** Ativos geridos para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (Teste de SPPJ). **Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** Ativos geridos tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal (Teste de SPPJ), quanto para a venda. **Valor Justo no Resultado (VJR):** Ativos que não atendem aos critérios de classificação das categorias anteriores. Os passivos financeiros devem ser classificados e reconhecidos ao Custo Amortizado ou, em algumas exceções (como em Derivativos), ao Valor Justo no Resultado (VJR), sem a possibilidade de reclassificação. **Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito:** De acordo com a classificação no segmento prudencial, as instituições financeiras devem adotar a metodologia completa ou simplificada para avaliar perdas. O Banco Andbank (Segmento S4) deve aplicar a metodologia simplificada. A Resolução CMN nº 4.966/21 e normas complementares determina, além disso, a adoção de modelo de perdas esperadas, no qual o Banco deve reconhecer as perdas esperadas associadas ao risco de crédito desde o momento do reconhecimento inicial da operação, considerando os efeitos do passado, a situação presente e as expectativas futuras ("***forward looking").*** Os modelos de perdas esperadas serão aplicáveis a ativos financeiros, garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito a liberar. **Impactos da adoção da norma: i. Classificação e mensuração:** Ao comparar as classificações e mensurações de acordo com o padrão contábil vigente até 31 de dezembro de 2024, com as novas diretrizes de classificação e mensuração introduzidas pela Resolução CMN 4.966/21, baseadas em modelos de negócios aprovados pelo Conselho de Administração, o Banco estima que não haverá impactos relevantes decorrentes da adoção da nova regulamentação. **ii. Perdas esperadas:** Com base em suas melhores estimativas, o Banco prevê que a transição para a Resolução CMN 4.966/21 resultará em uma redução do patrimônio líquido de aproximadamente R$30.841: Saldo da provisão - Operações de Crédito em 31/12/2024 - 81.411; Efeito da adoção inicial Res. CMN nº 4.966/21(*) - 30.841; Saldo da provisão - Operações de Crédito em 01/01/2025 - 112.252. (*) Conforme previsto na Resolução CMN nº 5.199/2024, o efeito da adoção inicial será de 25% para fins da apuração do patrimônio de referência no primeiro ano. **iii. Taxa de Juros Efetiva:** A partir de 1º de janeiro de 2025, os instrumentos financeiros originados e classificados nas categorias custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes passarão a incorporar, no valor contábil bruto, os custos de transação atribuíveis individualmente à operação, bem como os valores re-

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 06/06/2025 | 23:01:59 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DB46FC15-9F3D-469E-8897-0A5643890158

continuação

cebidos na aquisição ou originação do instrumento. Dessa forma, os custos de transação e os valores recebidos serão reconhecidos no resultado durante a vida contratual dos instrumentos financeiros. O Andbank utilizará a metodologia diferenciada para tratamento dos custos e receitas de originação referente as operações de crédito. **iv. Cessação do reconhecimento de juros (stop accrual):** A Resolução CMN nº 2.682/99 estabelecia a apropriação de receitas de operações de crédito com parcelas em atraso até 59 dias. A Resolução CMN nº 4.966/21 passa a estabelecer que as receitas de instrumentos financeiros serão apropriadas até o momento em que o instrumento se caracterizar como ativo problemático. Um ativo é designado como problemático quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou dos encargos, ou quando ocorrer algum evento de inadimplência (default). **v. Impostos Correntes e Diferidos:** No dia 17 de novembro de 2022, foi publicada a Lei nº 14.467, conversão da Medida Provisória nº 1.128/22, que estabelece um novo tratamento tributário referente às perdas sofridas em função do não recebimento de créditos por parte de bancos e outras entidades que têm autorização do Banco Central do Brasil para operar. O objetivo da alteração, conforme exposição de motivos, é alinhar as normas tributárias e contábeis, visando reduzir as vulnerabilidades associadas aos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras. Analisando a nova regra, em dezembro de 2024, o Banco possui um total de R$89.017 a ser diferido a partir de janeiro de 2026. Contudo, devido o deferimento do pedido de dispensa da manutenção dos créditos tributários, conforme ofício 1135/2023, o Banco não está constituindo crédito tributário. **Resolução CMN nº 4.975/21 - Arrendamento Mercantil:** Vigente a partir de 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O impacto estimado da adoção da norma é imaterial para o Banco.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Disponibilidades em moeda corrente	300	334
Disponibilidades em moeda estrangeira	224	2.256
Total disponibilidades	**524**	**2.590**
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	567.819	439.583
Total de caixa e equivalentes de caixa	**568.343**	**442.173**

(a) São operações compromissadas que possuem vencimento em D+1.

4 Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos: Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros estavam assim compostos:

a. Diversificação por categoria e tipo dos títulos e valores mobiliários:

	Dezembro 2024			Dezembro 2023		
	Custo atualizado	Valor contábil/ Mercado	Ajuste a mercado	Custo atualizado	Valor contábil/ Mercado	Ajuste a mercado
Títulos para negociação						
Carteira própria						
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	5	5	-
Subtotal	**-**	**-**	**-**	**5**	**5**	**-**
Títulos disponível para venda						
Carteira própria:						
Letras do tesouro nacional	-	-	-	27.163	25.588	(1.575)
Debêntures	433	-	(433)	433	-	(433)
Cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios (ii) (iii)	169.968	259.260	-	290.074	349.228	-
	170.401	**259.260**	**(433)**	**317.670**	**374.816**	**(2.008)**
Vinculados à prestação de garantias (i):						
Cotas de fundos de investimentos (ii)	2.539	4.361	-	2.539	3.941	-
	2.539	**4.361**	**-**	**2.539**	**3.941**	**-**
Subtotal	**172.940**	**263.621**	**(433)**	**320.209**	**378.757**	**(2.008)**
Títulos mantidos até o vencimento						
Carteira própria:						
Letras do tesouro nacional	-	-	-	78.671	78.671	-
	-	**-**	**-**	**78.671**	**78.671**	**-**
Subtotal	**-**	**-**	**-**	**78.671**	**78.671**	**-**
Total	**172.940**	**263.621**	**(433)**	**398.885**	**457.433**	**(2.008)**

i) Os títulos vinculados à prestação de garantias são cotas do fundo de investimento caucionados em Instituição Financeira, para garantir contratos próprios de aluguel. ii) As cotas de fundos de investimentos foram atualizadas pelo respectivo valor da cota, no último dia útil das datas de balanço. iii) O valor de custo das cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios, corresponde ao valor médio pago na aquisição das cotas. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não houve reclassificações entre categorias dos títulos e valores mobiliários. Títulos para negociação e títulos disponíveis para venda foram classificados de acordo com os seguintes níveis em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023: • Nível 1: títulos e valores mobiliários com preços líquidos disponíveis em um mercado ativo. • Nível 2: títulos e valores mobiliários que não tem informações de preço disponíveis e são precificados por modelos convencionais ou internos, considerando inputs observáveis. • Nível 3: títulos e valores mobiliários para os quais os insumos para precificação são gerados por modelos estatísticos e matemáticos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	Dezembro 2024			Dezembro 2023		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Títulos para negociação	-	-	-	-	5	5
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	5	5
Títulos disponíveis para venda	-	263.621	263.621	25.588	353.169	378.757
Cotas de fundos de investimentos	-	4.361	**4.361**	-	3.941	**3.941**
Letras do tesouro nacional	-	-	-	25.588	-	**25.588**
Cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios	-	259.260	259.260	-	349.228	349.228

b. Diversificação por prazo dos títulos e valores mobiliários:

	Dezembro 2024 (i)	Dezembro 2023 (i)
Sem vencimento (ii)	263.621	353.174
A vencer até 360 dias	0	104.259
Total	**263.621**	**457.433**

i) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. ii) Cotas de fundos são classificados como sem vencimento, independentemente da sua classificação contábil. **c. Instrumentos financeiros derivativos - Negociação:** O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação. A instituição utiliza derivativos com uma perspectiva de baixo risco. Os derivativos são utilizados dentro de um conceito de cobertura local de risco de mercado dos investimentos do grupo no Brasil, não configurando posições especulativas e principalmente seguindo a estratégia global do Grupo Andbank estabelecidas pelo Comitê de Ativos e Passivos e pelo seu economista-chefe. Os riscos de mercado e crédito associados a esses produtos, bem como riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros derivativos, são estabelecidos e mantidos procedimentos de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais em seus valores, previstos pela Resolução CMN nº 4.277, independente da metodologia de apreçamento adotada e observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Em 31 de dezembro de 2024, a composição dos instrumentos financeiros derivativos, estava assim apresentada:

			2024			
	Contraparte	Vcto	Valor Referencial	Valor Patrimonial	Ajuste ao valor justo	Valor justo
Opções						
Prêmios de opções a exercer	B3	dez-27	215.796	8.575	(1.088)	7.487
Prêmios de opções lançadas	Empresas	dez-27	215.796	(9.450)	1.963	(7.487)

Os contratos de futuros são registrados na B3 S.A. Brasil, Bolsa e Balcão. Adicionalmente, para os contratos futuros, a câmara de liquidação exige o aporte de colaterais para manter as posições abertas. Assim, a área de riscos do Banco projeta em seu acompanhamento diário, o fluxo de caixa dos próximos 90 dias, com o objetivo de identificar eventuais necessidades de liquidez. Para o cumprimento da garantia são alocados títulos públicos da própria carteira do Banco e/ou depósitos em dinheiro, que apesar de diminuir a liquidez, o impacto é baixo dado o acompanhamento dos riscos e a solvência da unidade Brasil ser elevada. Os ajustes a receber das operações do mercado futuro são registrados na conta "Outros créditos - Negociação e intermediação de valores", e a pagar registrados na conta "Outras obrigações - Negociação ou intermediação de valores". O valor de mercado desses derivativos foi apurado com base nas taxas divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta em dezembro/2024 por depósito em dinheiro. **Estrutura de hedge:** A estratégia de hedge é determinada com base nos limites de exposição a taxa de juros inerentes às operações de captação do Banco. Sempre que estas operações gerarem exposições acima dos limites estabelecidos, o que poderia resultar em relevantes flutuações no resultado do Banco, a cobertura do risco é efetuada utilizando-se instrumentos financeiros derivativos, contratados em mercado organizado ou de balcão, observadas as regras legais para a qualificação de hedge, conforme estabelecido pela Circular nº 3.082/02 do BACEN. Os instrumentos de proteção buscam a mitigação dos riscos de variação de juros. Observada a liquidez que o mercado apresentar, as datas de vencimento dos instrumentos de hedge são os mais próximos possível das datas dos fluxos financeiros da operação objeto, garantindo a efetividade desejada da cobertura do risco. O quadro a seguir apresenta resumo da estrutura de hedge de risco de mercado em 31 de dezembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2023, o Banco não possuía estrutura de hedge.

Item objeto de hedge	Vencimento	Valor captação	Instrumento de hedge	Variação no valor justo do objeto de hedge (i)	Variação no valor justo do instrumento de hedge (ii)	Efetividade (%)	Diferencial a pagar (nota 13.c)
Depósitos a prazo	22/01/2026	43.127	Futuro DI	2.763	(2.562)	81,46%	(24)
Depósitos a prazo	04/01/2027	188.332	Futuro DI	17.130	(17.240)	83,20%	(597)
Depósitos a prazo	03/01/2028	70.493	Futuro DI	3.762	(3.830)	84,80%	(351)
Depósitos a prazo	01/04/2026	9.713	Futuro DI	268	(257)	91,59%	(65)
Depósitos a prazo	01/04/2027	3.576	Futuro DI	114	(114)	91,52%	(28)
Depósitos a prazo	03/04/2028	91.289	Futuro DI	4.821	(4.586)	90,37%	(111)
Depósitos a prazo	01/07/2026	25.221	Futuro DI	2.611	(2.554)	88,21%	(98)
Depósitos a prazo	01/07/2027	15.144	Futuro DI	2.017	(2.012)	91,97%	(97)
Depósitos a prazo	01/07/2027	126.296	Futuro DI	6.942	(7.022)	91,97%	(245)
Depósitos a prazo	01/07/2027	72.385	Futuro DI	6.385	(6.416)	91,97%	(320)
Depósitos a prazo	01/07/2027	72.549	Futuro DI	8.267	(8.323)	91,97%	(454)
Depósitos a prazo	01/07/2027	50.000	Futuro DI	1.192	(1.307)	91,97%	(10)
Depósitos a prazo	01/07/2027	142.411	Futuro DI	8.467	(8.427)	91,97%	(370)
Depósitos a prazo	03/07/2028	83.401	Futuro DI	7.904	(8.008)	90,01%	(459)
Depósitos a prazo	01/10/2025	20.264	Futuro DI	1.984	(1.987)	88,16%	(128)
TOTAL		**1.014.201**		**74.627**	**(74.645)**		**(3.357)**

(i) Valor justo apurado conforme hierarquia nível 2; (ii) Valor justo apurado conforme hierarquia nível 1.

Composição dos valores de referência ("Notional ") registrados em contas de compensação, por tipo de estratégia, de contrato e de indexadores de referência

	Dezembro 2024	
	Acima 12 meses	Total
Estratégia de proteção		
Posição comprada - *Pré x DI*	1.033.911	1.033.911
Total	**1.033.911**	**1.033.911**

d. Resultados reconhecidos com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e aplicações interfinanceiras de liquidez

	2º Semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
Resultado de aplicação interfinanceira de liquidez	24.785	37.883	22.418
Resultado sobre títulos e valores mobiliários	50.137	98.071	84.107
Resultado sobre instrumento financeiro derivativo	(1.086)	(1.086)	-
Resultado líquido sobre contrato de futuro	1.441	47	689
Total	**75.277**	**134.915**	**107.211**

O valor de ajuste de marcação a mercado negativo, referente aos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 230 (R$ 1.104 em dezembro de 2023) e estão registrados na rubrica ajustes de avaliação patrimonial no Balanço Patrimonial, líquido dos efeitos tributários.

5 Relações interfinanceiras: Os créditos vinculados são representados, basicamente, por valores requeridos pelo BACEN, para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos a prazo, microfinanças e crédito rural.

6 Operações de crédito: As informações da carteira de operações de crédito, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, são assim sumarizadas: **a. Composição da carteira de operações de crédito por modalidade de operação**

	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Cédula de crédito bancário (CCB)	1.079.171	717.784
Cédula de produto rural (*)	50.175	-
Adiantamento a depositantes	3	3
Crédito Pessoal - Consignado	120.278	72.859
Financiamento	385.648	384.999
Outros Créditos	2.968	-
Total	**1.638.243**	**1.175.645**
Operações de crédito no ativo circulante	483.870	402.111
Operações de crédito no ativo não circulante	1.154.373	773.534

(*) referente a operação de agronegócios, vinculada a captação via LCA (vide nota 12d).

b. Diversificação da carteira por vencimento

	Dezembro 2024		Dezembro 2023	
		Total		Total
	Saldo	%	Saldo	%
Vencidos:				
De 1 a 14 dias	136.850	31,45	129.188	34,15
De 15 a 60 dias	169.735	39,01	147.453	38,98
Acima de 60 dias	128.546	29,54	101.611	26,87
Total vencidos	**435.131**	**100,00**	**378.252**	**100,00**
A vencer:				
Até 90 dias	8.531	0,71	2.300	0,29
De 91 a 180 dias	6.491	0,54	3.132	0,39
De 181 a 360 dias	33.717	2,80	18.426	2,31
Acima 360 dias	1.154.373	95,95	773.534	97,01
Total a vencer	**1.203.112**	**100,00**	**797.393**	**100,00**
Total	**1.638.243**	**100,00**	**1.175.645**	**100,00**

c. Diversificação da carteira por segmento de mercado

	Dezembro 2024		Dezembro 2023	
	Saldo	%	Saldo	%
Setor privado:				
Serviços	20.249	1,24	2.514	0,21
Agronegócio	50.175	3,06	-	-
Pessoas físicas	1.567.819	95,70	1.173.131	99,79
Total	**1.638.243**	**100,00**	**1.175.645**	**100,00**

d. Diversificação da carteira por nível de concentração

	Dezembro 2024		Dezembro 2023	
	Saldo	%	Saldo	%
Maior devedor	50.175	3,07	2.311	0,20
Dez maiores seguintes	32.819	2,01	4.915	0,42
Demais devedores	1.555.249	94,93	1.168.419	99,38
Total	**1.638.243**	**100,00**	**1.175.645**	**100,00**

e. Composição da carteira por nível de risco

		Dezembro 2024				Dezembro 2023	
Nível de risco	% provisão	Curso normal	Vencidas(1)	Total da carteira	Provisão	Total da carteira	Provisão
AA	-	60.488	-	60.488	-	2.034	-
A	0,5	1.149.511	-	1.149.511	(5.748)	827.906	(4.139)
B	1,0	115.914	89.528	205.442	(2.054)	163.390	(1.634)
C	3,0	9.073	79.161	88.234	(2.647)	79.339	(2.380)
D	10,0	1.421	33.769	35.190	(3.519)	29.167	(2.917)
E	30,0	3.126	21.806	24.932	(7.480)	22.786	(6.836)
F	50,0	10	18.346	18.356	(9.178)	21.167	(10.584)
G	70,0	80	17.604	17.684	(12.379)	17.953	(12.567)
H	100,0	339	38.067	38.406	(38.406)	11.903	(11.903)
Total		**1.339.962**	**298.281**	**1.638.243**	**(81.411)**	**1.175.645**	**(52.960)**

(1) A coluna "vencidas" refere-se ao saldo contábil das operações com atraso igual ou superior a 15 (quinze) dias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram registradas baixas de crédito para prejuízo no montante de R$30.423 (R$ 12.860 em dezembro de 2023), e recuperações de valores baixados para prejuízo no montante de R$8.780 (R$32 em dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2024 foram renegociadas operações de crédito no montante de R$95.496 (R$88.116 em dezembro de 2023). **f. Cessão de direitos creditórios sem retenção substancial de riscos e benefícios**: No exercício de 2024, em consonância com os termos da Resolução Bacen nº 3.533/08, o Banco na figura de cedente firmou contratos de cessão sem retenção substancial de risco e benefício no valor nominal de R$ 135.111 (R$80.881 em dezembro de 2023), cujo valor de provisão correspondia a R$121.736 (R$78.620 em dezembro de 2023) (vide nota 7). O efeito líquido no resultado do exercício dessa transação foi de prejuízo de R$10.053 (prejuízo de R$ 879 em dezembro de 2023), sendo formado por (i) baixa de carteira cujo valor contábil líquido na data da transação era de 13.375 (R$ 2.261 em dezembro de 2023), (ii) baixa de custo de aquisição da carteira cujo valor contábil na data da transação era de R$ 8.482 (R$ 5.776 em dezembro de 2023 e (iii) valor efetivo recebido pela transação no montante de R$ 11.804 (R$7.158 em dezembro de 2023).

7 Provisão para perdas associadas ao risco de crédito: A movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito encontra-se apresentada no quadro a seguir:

	2º Semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
Saldo Inicial	76.723	52.960	4.340
Constituição de provisão líquida de reversões	90.416	180.610	128.136
Reversão de provisão por cessão (vide nota 6f.)	(61.664)	(121.736)	(78.620)
Valores baixados para prejuízo	(24.064)	(30.423)	(896)
Total	**81.411**	**81.411**	**52.960**
Circulante	74.821	74.821	48.295
Não Circulante	6.590	6.590	4.665

8 Outros créditos:

a. Rendas a receber

	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Comissões e corretagens a receber (a)	1.390	1.375
Receita de assessoria financeira (b)	36.901	36.901
Contas a receber venda de bem (c)	737	1.522
Total	**39.028**	**39.798**
Ativo circulante	38.666	39.061
Ativo não circulante	362	737

(a) Referem-se a comissões e corretagens a receber de colocações de títulos e rebate de fundos. (b) Representa receita de incentivo ("incentive FEEs") conforme estabelecido no contrato de compra e venda de ações firmado com a Creditas LLC, referente ao desenvolvimento e implantação do crédito varejo e seu fluxo operacional (vide nota 18). (c) Refere-se a contas a receber pela venda de bem imóvel recebido em garantia o qual estava registrado em Outros Valores e Bens.

b. Diversos

	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Partes relacionadas - valores a receber empresas do grupo (nota 15)	228	882
Operações a liquidar com bolsa	1.314	762
Depósito em garantia - bolsa (**)	48.000	-
Devedores por depósito em garantia (nota 14)	2.381	2.225
Devedores diversos	109	922
Valor a receber pela Cessão de Crédito	-	7.158
Outros (*)	64	107
Total	**52.096**	**12.056**
Ativo circulante	49.715	9.831
Ativo não circulante	2.381	2.225

(*) valor inclui saldo de conta transitória de baixa de parcelas de operações de créditos cujo valor é liquidado em d+1. (**) Valor em espécie para garantia das operações de Futuros na BMF.

9 Ativos fiscais diferidos: Em consonância com a resolução 4.842/20, emanada pelo CMN, as instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem efetuar registro contábil dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal de imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ), base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), e aquele fruto de diferenças temporárias, desde que, para este caso sejam atendidas as seguintes condições: I Apresentem histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência. II Haja expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos. Abaixo quadro com os créditos tributários ativados pelo Banco e as seguintes movimentações:

	Saldo 31/12/2023	Constituição (Reversão)	Realização	Saldo 31/12/2024
Diferenças temporárias líquidas				
Provisão contingência trabalhista	398	-	-	398
Provisão devedores duvidosos	75	-	-	75
Processos cíveis	846	-	-	846
Processos fiscais	323	-	-	323
Bônus	572	-	-	572
Provisão com comissões	621	-	-	621
Outras provisões para pagamento	146	-	-	146
Ajuste valor de mercado (TVM)	1.030	-	707	323
Total referente a diferenças temporárias	**4.011**	**-**	**707**	**3.304**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (nota 23)	21.425	-	3.047	18.378
Total (i)	**25.436**	**-**	**3.754**	**21.682**

(i) Os ativos fiscais diferidos são classificados em sua totalidade como não circulante. Conforme mencionado no contexto operacional, o Banco assinou contrato de compra e venda de suas ações e, tendo em vista a troca de controle acionário e a necessidade de o adquirente apresentar um novo plano estratégico para mensurar inclusive a realização de tais créditos, foi solicitado ao Banco Central a manutenção dos créditos tributários constituídos e registrados em seu balanço em 31/10/2022. O pedido foi deferido pelo Banco Central em 19 de janeiro de 2023. A administração entende que a realização dos créditos tributários será realizada dentro do prazo estipulado pelo Banco Central. Em 31 de dezembro de 2024, o Banco possuía R$ 21.682 de crédito tributário ativado, sendo R$ 18.378 de prejuízo fiscal e base negativa e R$ 3.304 de diferenças temporárias, neste mesmo período possuía R$ 70.208 de créditos tributários não ativados, sendo R$ 4.982 de prejuízo fiscal e base negativa, e R$ 65.226 de diferenças temporárias (R$40.329 em 31 de dezembro de 2023, sendo R$4.982 de prejuízo fiscal e base negativa e R$35.347 de diferenças temporárias. Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários foi utilizada a taxa Selic, o valor presente é de R$19.434 em 31 de dezembro de 2024 (R$19.812 em 31 de dezembro 2023).

10 Outros valores e bens

	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Despesas antecipadas (a)	34.716	29.428
Bens em estoque	42	-
Bens não de uso	6.133	1.870
Custo de aquisição de operação de crédito (b)	99.288	81.687
Total	**140.179**	**112.985**
Ativo circulante	47.695	44.003
Ativo não circulante	92.484	68.982

(a) Inclui R$ 22.255 (R$ 22.661 em dezembro de 2023) referente a *signing* bônus de retenção pagos a agentes autônomos e funcionários. (b) Refere-se ao prêmio pago na aquisição da carteira de crédito originada pelo Grupo Creditas, representada por cessões de crédito sem coobrigação. O valor presente dos contratos, são registrados na rubrica "operações de crédito" e o prêmio em "outros valores e bens".

11 Permanente: a. Imobilizado de uso

		Dezembro 2024			Dezembro 2023
	Taxa de amortização	Imobilizado	Depreciação acumulada	Total	Total
Instalações de móveis e equipamentos de uso	10% a.a.	8.758	(5.914)	2.844	3.431
Equipamentos de informática/comunicação	10% a.a.	3.008	(2.989)	19	47
Equipamentos de segurança	20% a.a.	101	(101)	-	-
Total		**11.867**	**(9.004)**	**2.863**	**3.478**

b. Movimentação imobilizado

	Saldo inicial	Depreciação	Aquisição	Baixa	Saldo final
Instalações, móveis e equipamentos de uso	3.431	(996)	411	(2)	2.844
Equipamentos de informática/comunicação	47	(28)	-	-	19
Total	**3.478**	**(1.024)**	**411**	**(2)**	**2.863**

c. Ativos intangíveis

		Dezembro 2024			Dezembro 2023
	Taxa de amortização	Intangível	Amortização acumulada	Total	Total
Ativos intangíveis	(a) (c)	95.740	(42.966)	52.774	53.976
Ágio na combinação de negócios	(b) (c)	80.327	(35.877)	44.450	50.361
Ágio na aquisição de investimentos (d)	20% a.a.	673	(673)	-	-
Total		**176.740**	**(79.516)**	**97.224**	**104.337**

(a) Inclui intangíveis relacionados a combinação de negócios, sendo: (i) R$ 17.947 refere-se ao valor da combinação de negócios com o grupo Triar, atribuído ao ativo intangível de acordo com o estudo definitivo de alocação do preço ("*PPA" - Purchase Price Allocation*), segregados em: R$ 13.649 alocados à relacionamentos com clientes e R$ 4.298 alocados à condições de não competição; (ii) R$ 17.801 refere-se ao valor da combinação de negócios com o grupo Capital, atribuído ao ativo intangível de acordo com o estudo definitivo de alocação do preço ("*PPA" - Purchase Price Allocation*), segregados em: R$ 7.392 alocados à relacionamentos com clientes e R$ 10.409 alocados à condições de não competição. A taxa de amortização média é de 11% a.a. (b) Refere-se ao ágio pago na combinação de negócio com os grupos Triar e Capital, no valor de R$ 41.832 e R$ 38.495, respectivamente. A taxa média de amortização é de 11% a.a. (c) Testes de recuperabilidade de ativos intangíveis e dos ágios - Os valores recuperáveis dos ativos intangíveis e respectivos ágios, registrados através dos acordos operacionais realizados com Triar e Capital, foram determinados com base no método do fluxo de caixa descontado adotando o modelo CAPM. As taxas de crescimento de longo prazo consideradas foram de 9,32% a.a. A taxa de desconto utilizada para o teste de valor recuperável foi de 9,66%, para Triar e Capital. Com base nos testes realizados e na expectativa e planos de negócio do Banco Andbank, a Administração concluiu não existir fatores que indiquem a necessidade de reconhecimento de perdas com a recuperabilidade dos ativos intangíveis e dos ágios reconhecidos nos acordos operacionais realizados com Triar e Capital. (d) Em 06 de junho de 2016, o Banco adquiriu 100% do controle acionário da Andbank Financeira Ltda. que detém 99,99% do controle acionário da Andbank DTVM Ltda. Por ocasião desta aquisição e com base na apuração do preço de compra x valor contábil e no estudo de alocação de preço de compra ("PPA" - Purchase Price Allocation), foi apurado ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura. Em 03 de julho de 2019, o Banco assinou um novo acordo operacional com a Capital Serviços de Agente Autônomos Ltda. ("Capital"), o qual teve vigência a partir do dia 1º de agosto de 2019. Em dezembro de 2020, foi apurado o valor total do acordo, no montante de R$ 56.296. Em 06 de agosto de 2024, o Banco assinou um novo acordo com a Capital. Nesse novo acordo o contrato foi estendido e passou a vigorar até 31 de dezembro de 2035, definindo-se uma nova estrutura de pagamento de parcelas, as quais passam a ser devidas apenas no atingimento de metas de captação e retenção de posições, observadas anualmente na data de vencimento de cada parcela. No segundo semestre de 2024, o valor de R$ 8.297 foi revertido face ao não atingimento das metas pactuadas no acordo anterior e o valor de R$ 8.882 foi pago face as métricas do novo acordo. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo a pagar, conforme novo contrato é de R$ 608 (R$ 17.210 em 31 de dezembro de 2023) (vide nota 13b).

d. Movimentação intangível

	2024			
	Saldo inicial	Amortização	Aquisição	Saldo final
Ativos Intangíveis	53.976	(6.782)	5.580	52.774
Ágio na combinação de negócios	50.361	(5.911)	-	44.450
Total	**104.337**	**(12.693)**	**5.580**	**97.224**

12 Depósitos: a. Composição por vencimento

	Dezembro 2024					Dezembro 2023
	À vista		A prazo (i)			
Vencimentos	não ligadas	ligadas	não ligadas	ligadas	Total	Total
Sem vencimento	38.517	126	-	-	38.643	20.872
Até 30 dias	-	-	12.163	1	12.164	414.370
De 31 a 60 dias	-	-	97.326	-	97.326	
De 61 a 90 dias	-	-	24.834	-	24.834	108.045
De 91 a 180 dias	-	-	287.448	668	288.116	354.312
De 181 a 360 dias	-	-	461.162	1.663	462.825	236.532
Acima de 360 dias	-	-	1.450.178	-	1.450.178	775.311
Total	**38.517**	**126**	**2.333.111**	**2.332**	**2.374.086**	**1.909.442**
Passivo circulante	**38.517**	**126**	**882.933**	**2.332**	**923.908**	**1.134.131**
Passivo não circulante	**-**	**-**	**1.450.178**	**-**	**1.450.178**	**775.311**

(i) Do total de depósitos a prazo, R$ 1.014.201 (valor de captação) são objeto de hedge *accounting* tendo seu valor justo apurado conforme hierarquia nível 2 (nota explicativa nº 4.c).

b. Composição por segmento de mercado

	Dezembro 2024			Dezembro 2023
Composição	À vista	A prazo	Total	Total
Ligadas (nota 15)	126	2.332	2.458	2.550
Governo	528	-	528	528
Pessoas físicas	32.199	20.443	52.642	136.435
Pessoas jurídicas	5.790	2.312.668	2.318.458	1.769.929
Total	**38.643**	**2.335.443**	**2.374.086**	**1.909.442**

c. Concentração por depositantes

	Dezembro 2024				Dezembro 2023	
Composição	À vista	A prazo	Total	%	Total	%
10 maiores	18.953	2.303.635	2.322.588	97,83	1.807.244	94,65
50 seguintes	11.067	24.126	35.193	1,48	56.204	2,94
Demais	8.623	7.682	16.305	0,69	45.994	2,41
Total	**38.643**	**2.335.443**	**2.374.086**	**100,00**	**1.909.442**	**100,00**

d. Recursos de aceites de emissão de títulos: Em dezembro de 2024, o Banco emitiu R$49.975 em LCA pós fixada, com vencimento em dezembro de 2029 vinculada à Cédula de Produto Rural (nota 6).

13 Outras obrigações:

a. Obrigações fiscais correntes	Dezembro 2024	Dezembro 2023
IOF a recolher	66	31
Impostos e contribuições a recolher	7.786	2.794
Total	**7.852**	**2.825**
Passivo circulante	7.852	2.825

b. Diversas	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Despesas de pessoal	13.773	10.357
Fornecedores	2.618	1.918
Despesas previdenciárias	946	741
Valores a pagar à partes relacionadas (nota 15)	9.377	4.254
Valores a pagar - acordo operacional (i)	608	17.210
Credores diversos	7.943	7.893
Outros	173	148
Total	**35.438**	**42.523**
Passivo circulante	35.438	36.364
Passivo não circulante	-	6.157

i. Refere-se a parcelas anuais a pagar ao Grupo Capital (vide nota 11 b).

c. Negociação e intermediação de valores

	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	1.314	762
Comissões e corretagens a pagar	1.686	933
Diferencial a pagar operação de hedge (nota 4.c)	3.357	-
Total	**6.357**	**1.695**
Passivo circulante	6.357	1.695

14 Provisões e passivos contingentes: Movimentação dos processos: O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, às quais vem contestando judicialmente a legalidade da exigência de diversos impostos e contribuições, bem como vem respondendo a diversos processos na esfera fiscal, trabalhista e cível como segue:

	Fiscais (i)	Cíveis (ii)	Trabalhistas (iii)	Total
Saldo inicial 01/01/2024	**1.680**	**1.250**	**487**	**3.417**
Movimentação do período refletida no resultado	**121**	**(156)**	**38**	**3**
Atualização / encargos	121	5	38	164
Constituição	-	1.919	-	1.919
Pagamento	-	(1.993)	-	(1.993)
Reversão	-	(87)	-	(87)
Saldo Final 31/12/2024	**1.801**	**1.094**	**525**	**3.420**
Depósito em garantia de recursos em 31/12/2024 (nota 8 b.)				**2.381**
Depósito em garantia de recursos em 31/12/2023 (nota 8 b.)				**2.225**

(i) Referem-se substancialmente: (i) obrigação legal decorrente do questionamento de base de ISS no montante de R$ 639 (R$ 597 em 2023); (ii) Mandado de Segurança impetrado pelo Banco Andbank contra o Delegado da Delegacia da Receita Federal do Brasil para discutir multa aplicada em razão da não entrega de informações, no montante de R$968 (R$902 em 2023) ; (iii) Ação anulatória de débito fiscal com pedido de tutela antecipada de urgência proposta pelo Banco Andbank em face da Prefeitura de São Paulo para discutir anulação de autos de infração, no montante de R$194 (R$181 em 2023). Todos os processos foram classificados com expectativa de perda provável. (ii) Refere-se substancialmente a ações cíveis indenizatórias, relacionadas especialmente com a atuação de arrecadação de contas via correspondente bancário praticada pelo antigo Banco Bracce S.A. (iii) Refere-se a acordos e reclamações trabalhistas propostas contra o Banco com pedidos de verbas e direitos trabalhistas previstos em convenção coletiva dos bancários. A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos e na experiência anterior referente aos valores reivindicados constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, considerando remotas as possibilidades de que eventuais pagamentos decorrentes da resolução final das demandas judiciais sejam superiores aos valores provisionados. Processos relacionados a Correspondente Bancário: no contrato de Correspondente Bancário está prevista a responsabilidade por ações trabalhistas movidas por funcionários da empresa correspondente em face do Banco, assim como eventuais ações decorrentes da prestação de serviço executada pelo Correspondente. Desta forma, se o Banco for demandado judicialmente em ação que seja de responsabilidade do Correspondente e no caso desta ser uma empresa ativa, isto é, com capacidade financeira de pagamento e comprovada disposição histórica para suportá-los, o risco financeiro da contingência para o Banco é remoto. Cumpre ressaltar que a situação do Correspondente será monitorada e em caso de alteração substancial em sua situação econômico-financeira ou disposição voluntária para pagamento, o provisionamento será reavaliado. **Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível:** O Banco e sua controlada possuem outras contingências avaliadas individualmente por nossos assessores jurídicos como perda possível, com valor de causa conforme quadro:

	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Cíveis (a)	55.502	60.808
Trabalhistas	370	190
Fiscais (b)	441	441
Total	**56.313**	**61.439**

a. Refere-se substancialmente a ação indenizatória civil no valor original de R$ 25.903, distribuída no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em 2017, para apurar a responsabilidade de terceiro (Global Capital) que teria atuado na gestão financeira do autor da ação judicial. O autor incluiu o Andbank na ação apenas em razão da concessão de empréstimo pelo banco durante a gestão financeira da Global Capital, sendo que o Andbank não tem qualquer envolvimento na gestão financeira do autor da ação. Outra ação com valor de causa, R$ 20.000, distribuída no Tribunal de Justiça de Goiás, refere-se à ação de reintegração de posse de bens móveis supostamente retirados e não entregues pela depositária contratada pelo Andbank quando do cumprimento do mandado de desocupação do imóvel dado em garantia de operação de crédito em favor do Andbank. Inclui também, Processo Administrativo Sancionador ("*PAS*") ajuizado em face do Andbank que discute a legalidade da cobrança de taxa que era descontada dos valores dos empréstimos indicados por um correspondente bancário. Em 23/09/2024, o Andbank recebeu intimação de decisão do Comitê de Decisão de Processo Administrativo Sancionador do Bacen com aplicação de penalidade de multa no valor de R$2.940,00 (dois milhões novecentos e quarenta mil reais). Em 23/10/2024 o Andbank protocolou recurso em face da decisão do Bacen e está aguardando o julgamento do recurso. Cumpre observar que o contrato de correspondente firmado entre Andbank e o referido correspondente prevê a responsabilidade financeira deste por tais demandas, isentando o Banco de qualquer responsabilidade financeira. b. Trata-se principalmente de ação de execução proposta pelo Município de São Paulo, referente a auto de infração sobre a cobrança de ISS. Os referidos autos de infração encontram-se em discussão em ação anulatória fiscal, com decisão que deferiu antecipação de tutela para suspenção da cobrança, aguardando julgamento. Em fevereiro/2025 houve adesão ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) da Prefeitura de São Paulo e esses processos serão encerrados após conclusão da homologação da adesão ao referido PPI.

15 Partes relacionadas: O Banco possui como controladora direta a Andorra Banc Agricol Reig S.A. Adicionalmente os acionistas possuem outras empresas as quais são consideradas partes relacionadas do Banco por possuírem controle em conjunto, sendo elas: • Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. • Andbank Corretora de Seguros de Vida Ltda. • Andbank Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda. • APW Consultores Financeiros Ltda. São consideradas pessoas chaves do Banco sua diretoria executiva, no exercício de 2024 essa remuneração foi de R$ 1.536 (R$ 1.153 em 2023). Não há benefícios de longo prazo. As demais entidades que não possuem controle em conjunto e que pertencem ao grupo econômico são: AndPrivate Wealth S.A. (Suíça), Andbank Advisory LLC (Miami), Andbank Luxemburgo e APW Uruguay S.A. O Banco manteve no período saldos ativos e passivos, receitas e despesas com as partes relacionadas acima referidas, conforme apresentado no quadro a seguir:

	Dezembro 2024		Dezembro 2023	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Andbank Corretora de Seguros de Vida Ltda.				
Valores a receber (i)	10	58	4	52
Valores a pagar (i)	(23)	(123)	(5)	(127)
Depósito a prazo	(702)	(46)	-	(82)
Andbank Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.				
Valores a receber (i)	19	176	9	180
Valores a pagar (i)	(445)	(2.311)	(201)	(2.585)
Depósito à vista	(126)	-	(55)	-
Depósito a prazo	(501)	(147)	(2.239)	(93)

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 06/06/2025 | 23:02:08 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DB46FC15-9F3D-469E-8897-0A5643890158

continuação

	Dezembro 2024		Dezembro 2023	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Andorra Banc Agricol Reig S.A.				
Depósito em moeda estrangeira	224	318	2.256	30
Valores a pagar	(8.496)	(5.449)	(4.047)	(4.047)
Valores a receber (ii)	171	(163)	240	(472)
Andbank DTVM Ltda.				
Valores a receber (i)	19	116	602	503
Valores a pagar (i)	(134)	(433)	(1)	(36)
Depósito a prazo	(412)	(13)	-	-
Andbank Luxemburgo				
Valores a receber (ii)	-	-	-	116
Andbank Advisory LLC				
Valores a pagar (ii)	(279)	(279)	-	(361)
AndPrivate Wealth S.A.				
Valores a receber (ii)	8	1	7	2
Andbak Espanha				
Valores a receber (ii)	-	-	-	54
APW Uruguay S.A.				
Valores a receber (ii)	-	-	20	-
APW Consultores Financeiros				
Depósito à vista	-	-	(1)	-
Depósito a prazo	(717)	(31)	(241)	(33)
Pessoas físicas				
Depósito à vista	-	-	(1)	-
Depósito a prazo	-	(3)	(13)	(3)
Total Deposito em moeda estrangeira	**224**	**318**	**2.256**	**30**
Total a receber - Outros Créditos Diversos	**228**	**189**	**882**	**74**
Total a pagar - Outras Obrigações Diversas	**(9.377)**	**(8.595)**	**(4.254)**	**(6.795)**
Total Depósito à Vista	**(126)**	**-**	**(57)**	**-**
Total Depósito a Prazo	**(2.332)**	**(240)**	**(2.493)**	**(211)**

(i) Referem-se a valores a receber e a pagar relacionados a rateio de despesas. (ii) Referem-se a valores a receber relacionados a prestação de serviços e reembolsos de despesas. Em 31 de dezembro de 2024, o Banco possui R$ 2.414 (R$ 1.578 em dezembro de 2023) em empréstimo concedido a diretores da instituição, gerando resultado de R$ 103. Este empréstimo segue as diretrizes da Resolução 4.693/18 do Conselho Monetário Nacional.

16 Patrimônio líquido: a. Capital Social: O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 está composto por 1.140.774.792 ações ordinárias (1.140.774.792 em 31 de dezembro de 2023), sem valor nominal. Conforme previsto no estatuto social, o dividendo não será obrigatório no exercício social em que a administração julgar incompatível com a situação financeira do Banco, podendo o Conselho de Administração propor à Assembleia Geral Ordinária, que se distribua dividendo inferior ao obrigatório ou nenhum dividendo. **b. Reservas de capital:** A reserva de capital, nos termos da Lei nº 11.638/07, somente poderá ser utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) incorporação ao capital social; (iii) cancelamento de ações em tesouraria; e (iv) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada. Em fevereiro de 2019, em decorrência da incorporação da sua controladora direta Andbank (Brasil) Holding Financeira Ltda., foi constituída reserva de reavaliação no valor de R$ 3.411, representado pelo ativo intangível identificáveis na incorporação. Essa reserva é amortizada contra lucros e prejuízos acumulados simultaneamente a amortização do ativo que a originou. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 2.048 (R$ 2.222 em 2023). **c. Reservas de lucros:** O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Banco, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada semestre social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no semestre em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social. Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não podem ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. **d. Ajuste de avaliação patrimonial:** Os valores líquidos dos efeitos tributários dos ajustes de avaliação patrimonial dos títulos classificados na categoria de disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 230 de desvalorização (R$ 1.104 em 2023).

17 Receitas de operações de crédito

	2º Semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
Rendas com empréstimos	220.712	387.382	278.713
Rendas com financiamentos	50.445	100.262	86.167
Rendas com adiantamentos a depositante	54	354	92
Recuperação de crédito baixado para prejuízo	8.330	8.780	32
Apropriação de custo de aquisição de carteira	(38.164)	(63.476)	(50.734)
Total	**241.377**	**433.302**	**314.270**

18 Receitas de prestação de serviços

	2º Semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
Rendas de intermediação (a)	10.271	18.918	19.381
Remuneração operação estruturada (b)	1.984	3.575	2.663
Receita de assessoria financeira (c)	-	-	20.881
Rendas de corretagem de câmbio	510	1.632	1.389
Rendas de serviços de custódia	216	511	706
Total	**12.981**	**24.636**	**45.020**

(a) Refere-se principalmente a rebate na comissão sobre taxa de administração e performance de fundos distribuídos por conta e ordem. (b) Refere-se basicamente a prestação de serviços em registro e estruturação de operações de crédito. (c) Representa receita de incentivo ("incentive FEEs") conforme estabelecido no contrato de compra e venda de ações firmado com a Creditas LLC, referente ao desenvolvimento e implantação do crédito varejo e seu fluxo operacional. O valor foi calculado por estimativa do resultado esperado até a aprovação da transferência de controle pelo Banco Central, considerando as receitas e custos envolvidos na operação, e ratificado em instrumento assinado entre as partes em dezembro de 2023. Neste mesmo instrumento, as partes revisaram a forma de rentabilizar o Grupo Andbank e decidiu-se que os incentivos pela operação serão realizados diretamente pela Creditas LLC ao Andorra Banc Agricol Reig S.A.

19 Despesas de pessoal

	2º Semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
Proventos	(18.567)	(33.343)	(30.859)
Encargos Sociais	(5.093)	(9.728)	(7.535)
Benefícios	(4.934)	(9.151)	(8.783)
Pró-labore	(923)	(1.790)	(1.153)
Remuneração de estagiários	(80)	(173)	(203)
Treinamento	(103)	(190)	(135)
Total	**(29.700)**	**(54.375)**	**(48.668)**

20 Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
Serviços do sistema financeiro (a)	(9.479)	(18.845)	(15.679)
Processamento de dados (b)	(6.647)	(12.444)	(11.110)
Serviços técnicos especializados (c)	(18.899)	(35.932)	(21.990)
Aluguéis	(1.399)	(2.807)	(2.755)
Serviços de terceiros	(759)	(1.232)	(937)
Comunicações	(498)	(882)	(863)
Publicação	(29)	(50)	(25)
Viagens	(170)	(395)	(448)
Transporte	(94)	(206)	(203)
Outras (d)	(3.412)	(5.650)	(4.658)
Total	**(41.386)**	**(78.443)**	**(58.668)**

(a) Composto substancialmente por repasse de valores relacionados à gestão e administração das carteiras, comissão dos agentes autônomos e despesas bancárias. (b) Representam gastos com consultorias de sistemas e processos. (c) Refere-se substancialmente a serviços prestados por assessoria jurídica e financeira. (d) Inclui despesas com eventos, representações e brinde no montante de R$ 1.446 (R$ 1.325 em 2023), despesas com condomínio de R$675 (R$696 em 2023), associação de classe de R$600 (R$ 499 em 2023).

21 Outras receitas operacionais

	2º Semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
Prestação de serviços exportação (a)	-	-	857
Recuperação de despesas (b)	5.024	5.024	196
Reversão de provisões operacionais (c)	84	1.606	375
Atualização de depósitos judiciais	80	158	84
Atualização monetária de impostos	855	1.751	-
Interbancária	3	6	5
Reversão de provisão - acordo operacional (d)	8.335	8.335	-
Outras receitas operacionais	40	172	181
Total	**14.421**	**17.052**	**1.698**

(a) Refere-se a contrato firmado com partes relacionadas sobre a prestação de serviço de captação de clientes e consultoria. (b) Refere-se a recuperação de despesas com retomadas de veículos: (c) Refere-se principalmente a (i) R$ 101 reversão de pagamento a fornecedor (ii) R$108 reversão de provisão de serviços técnicos especializados (iii) R$1.313 reversão de provisão de despesas legais com retomada (nota 22): (d) Reversão de provisão de pagamento do acordo operacional com a Capital (nota 11c)

22 Outras despesas operacionais

	2º Semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
Amortizações e depreciações	(7.057)	(13.717)	(16.899)
Constituição (reversão) / atualização de provisão fiscal, cível e trabalhista (nota 14)	101	(3)	(2.952)
Interbancária	(4)	(8)	(7)
Processos judiciais	(14)	(14)	(169)
Despesas legais com retomadas	(6.607)	(12.703)	(8.346)
Provisão despesa de tecnologia (nota 15)	(3.719)	(8.152)	(4.047)
Provisão de custo na aquisição de operação de crédito	(4.198)	(10.022)	(8.296)
Reversão de receita de prestação de serviços de exportação	-	(184)	-
Outras (a)	(573)	(1.380)	(2.982)
Total	**(22.071)**	**(46.183)**	**(38.826)**

(a) Inclui R$ 618 (R$ 1.138 em 2023) referente às despesas financeiras com o acordo operacional da Capital.

23 Imposto de renda e contribuição social

Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social	2º Semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
Resultado Antes do IR e Contribuição Social	**13.719**	**(22.525)**	**(19.116)**
Encargos (IR e CS) às alíquotas vigentes (nota 2.2.10)	(6.174)	10.136	8.628
(Inclusões) Exclusões Permanentes	**820**	**(317)**	**(2.240)**
Amortização de ágio	(1.330)	(2.660)	(2.990)
Participações em controladas	420	838	312
Reserva de reavaliação	(39)	(78)	(78)
Lei do bem	2.112	2.112	1.180
Outras despesas não dedutíveis	(343)	(529)	(664)
(Inclusões) Exclusões Temporárias (a)	**(9.345)**	**(19.953)**	**(30.631)**
Provisão para pagamentos	(2.695)	(7.174)	(10.163)
Provisão para devedores duvidosos	(5.535)	(12.803)	(20.592)
Outras temporárias	(1.126)	24	124
Efeito do diferido sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativa não constituído	**4.565**	**-**	**-**
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa (30%)	**3.048**	**3.048**	**7.280**
Imposto de Renda e CS do período	**(10.134)**	**(10.134)**	**(24.243)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(7.086)	(7.086)	(16.963)
Imposto diferido	(3.048)	(3.048)	(7.280)

(a) Crédito tributário não ativado (vide nota 9).

24 Participação em controlada

Empresa	Capital Social	Resultado período	Patrimônio Líquido	Quantidade de cotas possuídas	Participação no capital social	Valor do Investimento 2024	Valor do Investimento 2023	Resultado equivalência 2024	Resultado equivalência 2023
Andbank DTVM (a)	1.795	1.862	3.170	179.473.047	99,9888%	3.170	1.307	1.862	694

(a) Em 15 de fevereiro de 2019, a Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Andbank DTVM") incorporou sua controladora direta Andbank Financeira Ltda., em decorrência da incorporação, a composição do capital social passou a ser: 99,9818% Banco Andbank Brasil S.A. e 0,0182% Andorra Banc Agricol Reig S.A.

25 Outras informações: a. O Banco e sua controlada encontram-se enquadrado nos Limites Mínimos de Capital Realizado e Patrimônio Líquido requeridos pela Resolução n° 2.099/94 do Banco Central do Brasil (BACEN) que versa sobre o Acordo de Basiléia e atualizada com o Novo Acordo de Capital (Basiléia III) através das Resoluções nº 4.192, 4.193 e 4.194, ambas de 1 de março de 2013, e circulares publicadas em 31 de outubro de 2013, que instituíram nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE). Em 08 de Janeiro de 2015 o Andbank adquiriu 100% das ações do Banco. Com isso a Andbank DTVM Ltda. e o Banco passaram a fazer parte de um conglomerado prudencial onde o Banco é líder. Sendo assim, a partir de fevereiro de 2015 para atender a resolução 4.278/13, o Banco passa a informar as posições consolidadas. Em 31 de dezembro de 2024, o índice de Basiléia do Banco (Prudencial) é de 11,87% (15,60% em 31 de dezembro 2023).

	31/12/2024	31/12/2023
Capital Principal antes das deduções	519.154	519.317
(-) Deduções do Capital Principal incluindo ajustes prudenciais	(286.722)	(265.261)
Patrimônio de Referência (PR)	232.432	254.056
(-) Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	(75.795)	(123.771)
Patrimônio de Referência Mínimo requerido para o RWA	156.637	130.285

b. O Banco presta serviços a clientes de registro de operações em órgãos custodiantes, em 31 de dezembro de 2024 estão registrados em contas de compensação R$ 2.030.105 (R$ 1.909.102 em dezembro de 2023). **c.** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, não prestou outros serviços ao Banco que não o de auditoria independente.

26 Estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos: A estrutura de gerenciamento de riscos do Andbank Brasil considera o tamanho e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, o monitoramento e o controle dos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de riscos permeia toda a Organização, alinhado às diretrizes da administração, que, por meio de comitês e outras reuniões internas, definem os objetivos estratégicos, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, as unidades de controle e gerenciamento de capital dão suporte ao gerenciamento por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital. **• Gerenciamento do risco operacional:** É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A premissa do trabalho de gerenciamento de risco operacional é promover a adequação dos processos e das rotinas internas do Banco aos padrões estabelecidos pela Diretoria e em cumprimento às exigências do Banco Central através da Resolução nº 4.557/17. Para alocação de capital para o risco operacional o Banco optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico de alocação de capital. O Conglomerado possui área para gestão de risco operacional, independente da área de negócios, que acompanha os riscos operacionais dos seus negócios bem como das áreas de controle, analisa os casos onde houve perdas relevantes e acompanha a implementação das melhorias a fim de se evitar novas perdas superiores ao apetite para este risco. O Conglomerado possui um Comité de Riscos que se reúne periodicamente onde se analisa a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, implementação das melhorias, etc. O conglomerado também possui política para recuperação em desastres e realiza testes periódicos. **• Gerenciamento do risco de mercado:** Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas em decorrência da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Banco. Entre os eventos de risco de mercado, incluem-se os riscos de: • Operações sujeitas à variação cambial; • Taxas de juros; • Preços de ações; • Preços de mercado ("commodities"). O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à Tesouraria e Mercado de Capitais, aplicando a política e diretrizes fixadas pelo Comité de Diretoria e monitorados no Comitê de Ativos e Passivos - COAP. O risco decorrente da exposição de suas operações é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consolidadas. Para o monitoramento do risco de mercado, o Valor a Risco (VaR) é calculado diariamente a partir de técnicas estatísticas para estimar a perda financeira possível para um dia, levando-se em conta o comportamento do mercado. O cálculo do VaR é a marcação a mercado (MTM) da carteira de negociação. O processo consiste na atualização diária dos valores financeiros utilizando-se das curvas e preços de mercado. **• Gerenciamento do risco de crédito:** O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas a: falha de clientes ou contrapartes no pagamento de suas obrigações contratuais; a depreciação ou redução dos ganhos esperados dos instrumentos financeiros devido à deterioração da qualidade de crédito de clientes ou contrapartes; os custos de recuperação da exposição deteriorada; e a qualquer vantagem dada a clientes ou contrapartes devido à deterioração de sua qualidade de crédito. A estrutura de controle e gerenciamento de risco de crédito é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para medir, monitorar, controlar e reportar o risco de crédito dos produtos e demais operações financeiras buscando fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito elaborada pelo Comitê de Crédito. O Comitê de Crédito delibera essa atividade estratégica essencial. Ele é composto por diretores, gerentes e analistas do Banco que votam sobre cada operação. As reuniões do Comitê de Crédito são precedidas por uma análise das características do tomador, de seu negócio, do setor de atividade e etc. As conclusões de tal análise são apresentadas sob a forma de relatório aos membros do Comitê que deliberam após exposição do analista responsável. O atendimento aos limites estabelecidos pelo Comitê de Crédito é acompanhado, diariamente, pela área responsável pela gestão de risco e reportado mensalmente no Comitê de Riscos pra conhecimento da Diretoria do Banco. **• Gerenciamento do risco de liquidez:** É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamento" entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento do Banco, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, de que trata a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017. A estrutura de controle e gerenciamento de risco de liquidez é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovada. O risco de liquidez é monitorado diariamente pelo acúmulo de ativos líquidos e de alta qualidade através de projeções diárias dos saldos de caixa levando-se em conta as liquidações dos fluxos futuros dos seus ativos e passivos. Este controle é feito para evitar que o Banco tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados. O Colchão de liquidez do banco é composto basicamente, por títulos de livre movimentação e posições em caixa. O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos -COAP, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado. **• Gestão de Capital:** O processo de gerenciamento de Capital do Banco leva em consideração o ambiente econômico no qual o Conglomerado atua. Este processo é compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços e o nível de exposição aos riscos das empresas do conglomerado. Esse processo visa assegurar a suficiência de capital para suportar as estratégias e seus riscos subjacentes, é efetuado de forma contínua objetivando manter uma base solida de capital que suporte o desenvolvimento das atividades e os riscos incorridos, em condições normais ou extremas, e atende aos requerimentos regulatórios de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil. O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos - COAP assim como pelo Comitê de Riscos, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado. **• Divulgação das informações relativas a gestão de riscos:** As informações destinadas ao público externo são disponibilizadas em local de acesso público e de fácil localização no sítio do banco na internet (https://www.andbank.com/brasil/governanca/). São publicadas informações sobre riscos nos seguintes documentos: a) Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito, do risco de liquidez, do risco de mercado e do risco operacional; b) Informações qualitativas sobre o gerenciamento do capital: c) Relatório de gerenciamento de riscos - Pilar 3; d) Formulário de referência; e: e) Notas explicativas às demonstrações financeiras.

27 Benefícios Pós Emprego: Não existem benefícios pós emprego tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

28 Resultados não recorrentes: Conforme artigo 34 da Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, apresentamos abaixo o resultado não recorrente:

		31/12/2024	31/12/2023
Resultado		**(32.659)**	**(43.362)**
Resultados não recorrentes		**8.335**	**20.881**
Remuneração operação estruturada	(a)	-	20.881
Reversão de provisão Acordo operacional	(b)	8.335	-
Resultados recorrentes		**(40.994)**	**(64.243)**

(a) Representa receita de incentivo ("incentive FEEs") conforme estabelecido no contrato de compra e venda de ações firmado com a Creditas LLC, referente ao desenvolvimento e implantação do crédito varejo e seu fluxo operacional (nota 18). (b) Reversão de provisão de pagamento do acordo operacional com a Capital (nota 11c).

29. Eventos Subsequentes: Em abril de 2025, a Allfunds e o Grupo Andbank chegaram a um acordo vinculante para a aquisição, por parte da Allfunds, da Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. A transação está sujeita a aprovações regulatórias e deverá ser concluída em 2026.

Diretoria/Administração

Rodolfo Pousa
José Carlos J. Campos Jr.
Leonardo M. Hojaij
Luis F. Jimenez Aragon
Tarcísio B. Castro Jr.
Paulo Martini
Matheus C. Wolf
Gilberto C. Silva
Silvia F. Ivamoto

Contadora

Sonia Maria de Oliveira CRC 1SP183151/O-4

Diretor Responsável

Claudemir do N. R. Machado - CRC 1SP217346/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas do **Banco Andbank (Brasil) S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Andbank (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Andbank (Brasil) S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** *Acordo operacional e contrato de compra e venda de ações:* Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras - Contexto Operacional, que traz divulgações relevantes relativas ao acordo operacional envolvendo originação e gestão de crédito iniciadas em setembro de 2022, efetuadas no contexto de aquisição de participação societária do Banco pela Creditas Financial Solutions, LLC., firmado em 6 de julho de 2022, que está em avaliação pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Adicionalmente, a referida nota destaca a manutenção do registro de créditos tributários com base em autorização concedida pelo BACEN, no contexto de possível troca do acionista controlador. A leitura destas demonstrações financeiras deve levar em consideração os assuntos mencionados anteriormente. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 05 de junho de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Luana Melo de Souza
Contadora
CRC nº 1 SP 292386/O-2

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533946000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 06/06/2025 | 23:02:13 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/